

## PROCESSOS DE FORMAÇÃO E APRENDIZAGENS PROMOVIDOS PELO PROGRAMA URBANO NOS MOVIMENTOS DE MORADIA EM SÃO PAULO

KOHARA, Luiz Tokuzi \*

SILVA, Marcos José Pereira \*\*

### RESUMO

Neste artigo, com base em conceitos e práticas de Educação Popular, analisamos em que medida os processos de formação político-pedagógica, presentes na luta cotidiana, entendidos como articulação, mobilização e organização dos movimentos sociais de moradia em São Paulo, bem como os enfrentamentos junto ao Estado para a conquista do direito à moradia e à cidade, geram aprendizados e formação política para seus participantes. Estão presentes, neste trabalho, as ações desenvolvidas pelo Programa Urbano (PU), organizado pela Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste (APOIO) e pelo Movimento de Defesa do Favelado (MDF). Foi possível analisar como se dá a formação na ação pelo intenso trabalho de campo, com entrevistas e acompanhamento sistemático de atividades junto às duas organizações, que articulam 150 grupos de base com cerca de 3.950 famílias.

Ficou demonstrado pelos resultados obtidos que é na disputa pelo direito à cidade e nas diversas mobilizações que os movimentos sociais desenvolvem estratégias de formação na ação e se apropriam de conhecimentos sobre as origens das desigualdades e as formas de sua superação.

**Palavras-chave:** Movimento de moradia. Direito à cidade. Educação Popular. Educação política. Formação na ação.

---

\* Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado na área de Sociologia Urbana pela USP. Secretário executivo do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e assessor do Centro de Apoio e Assessoria a Iniciativas Sociais (CAIS). Email: [luizkohara@gmail.com](mailto:luizkohara@gmail.com)

\*\* Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Assessor em Educação Popular, Planejamento e Avaliação e membro da Coordenação Executiva da Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. E-mail: [marcosjpsilva@uol.com.br](mailto:marcosjpsilva@uol.com.br)

**FORMATION PROCESSES AND APPRENTICESHIPS PROMOTED BY THE URBAN PROGRAM IN THE HOUSING MOVEMENTS IN SÃO PAULO**

**KOHARA, Luiz Tokuzi \***

**SILVA, Marcos José Pereira \*\***

**ABSTRACT**

*In this article, based on concepts and practices of Popular Education, we investigated to what extent the daily processes of political and pedagogical formation – understood as articulation, mobilization and organization of social movements for habitation in São Paulo (Brazil), as well as the struggle, against the State, for the right to adequate housing and the right to the city – can generate awareness and political formation for its participants. This study comprehends actions taken by the Programa Urbano (Urban Program, PU), organized by Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste (Mutual Aid Association in the East Region, APOIO) and by Movimento de Defesa do Favelado (The Slum Dweller Aid Movement, MDF). Through intense fieldwork – comprehending interviews and systematic attendance of activities with both organizations which articulate 150 base groups and around 3950 families – it was possible to analyze how this formation takes place in the practices itself. We could demonstrate that it is by the results obtained, in the struggle for the rights to the city and in various mobilizations, that the social movements can develop formation strategies and acquire knowledge of the origins of inequality and the means to overcome it.*

**Keywords:** *Housing movement. Rights to the city. Popular Education. Political education. Formation within the practices.*

---

\* Doctor of Architecture and Urbanism from the University of São Paulo (USP) and post-doctoral researcher of Urban Sociology in the same institution. Executive secretary of the Gaspar Garcia Center for Human Rights, and advisor of Centro de Apoio e Assessoria a Iniciativas Sociais (Center for Support and Advising to Social Initiatives, CAIS). Email: [luizkohara@gmail.com](mailto:luizkohara@gmail.com)

\*\*Master of Education from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP); Advisor in Popular Education, Planning and Evaluation; and member of the Executive Coordination of Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. E-mail: [marcosjpsilva@uol.com.br](mailto:marcosjpsilva@uol.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a sistematização das ações do Programa Urbano (PU) coordenado, desde 2004<sup>i</sup>, por duas organizações do movimento de moradia: a Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste (APOIO)<sup>ii</sup> e o Movimento de Defesa do Favelado (MDF)<sup>iii</sup>. O PU é desenvolvido em parceria e com financiamento da Agência Católica de Desenvolvimento Internacional da Inglaterra e país de Gales (em inglês, The Catholic Agency for Overseas Development – CAFOD)<sup>iv</sup> e da União Europeia<sup>v</sup>.

Pretendemos debater aqui como o movimento social de moradia desenvolveu uma formação na ação<sup>vi</sup> na cidade de São Paulo (SP), entre os anos de 2014 e 2015. A hipótese apresentada expõe que as ações organizadas pelos movimentos, na perspectiva de exercer o direito à moradia e direito à cidade, criam situações de formação, aprendizado e apropriação das discussões sobre a complexidade da disputa política pelo território e pela cidade. Analisaremos as possibilidades e os limites desse processo de formação.

Esse debate é relevante, sobretudo, porque cria elementos para verificarmos as práticas de Educação Popular de grupos que disputam território e direito à cidade.

Tomamos como referência principal Paulo Freire (1981), para quem, o processo de aprendizagem não é espontâneo, mas crítico, frente ao conteúdo que o saber dominante insiste em levar pronto para o homem simples. Aqui, estamos tratando de um processo de conscientização. Sendo assim, há o perigo de traduzir conscientização como proposição de palavras de ordem ou formas simplificadas e ideologizadas dos conflitos sociais. A análise dessas práticas e o cuidado em partir sempre da consciência do real (FREIRE, 1981) nos ajuda a não nos limitarmos nessa simplificação. Em síntese, este trabalho analisa e coloca em debate as ações desenvolvidas pelo PU, as estratégias políticas de organização dos movimentos populares e a experiência de formação na ação na perspectiva da Educação Popular.

O artigo foi elaborado com base na demanda de sistematização das práticas dos movimentos APOIO e MDF e de CAFOD. Seus participantes, após pelo menos 3 anos de práticas, sentiram a necessidade de sistematizar sua experiência de formação.

Os autores do artigo tiveram o papel de trazer instrumentais de análise, entrevistar 34 pessoas e à luz dos referenciais teóricos da educação popular, trazer à tona a experiência de formação realizada, seus significados e resultados, bem como as conclusões possíveis.

## 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

### 2.1 *Direito à moradia*

Para compreendermos as ações que ocorrem no campo da formação do PU, partimos do período em que se acentuam os problemas da moradia na cidade de São Paulo e que são as bases para o surgimento dos atuais movimentos aqui analisados. Tomamos como referências teóricas sobre o direito à moradia autores como Bonduki (2004), Maricato (1996), Kohara (2013), Rolnik, Kowarick e Somekh (1990).

Em São Paulo, o acesso à moradia digna para os trabalhadores de baixa renda é um problema histórico desde o início do acelerado processo de metropolização nas primeiras décadas do século XX. Com o crescente aumento populacional, os espaços urbanos são produzidos sem planejamento e os escassos investimentos públicos destinados à infraestrutura são direcionados para áreas de interesse da classe dominante. Por outro lado, o acesso das famílias de baixa renda à habitação digna se torna demasiadamente difícil nas áreas urbanizadas, restando a esse segmento social moradias em condições de extrema precariedade e localizadas em áreas sem urbanização. Vale destacar a contribuição de Nabil Bonduki (2004, p. 8) quando analisa que “[...] a habitação no capitalismo é uma mercadoria como qualquer outra. A produção privada de moradias para gente de todas as classes sociais é uma das mais importantes áreas de aplicação de capital”. No entanto, como a moradia é uma mercadoria caríssima, o trabalhador de baixa renda não consegue acessar uma moradia adequada e localizada em áreas com infraestrutura.

O crescimento econômico brasileiro da década 1970<sup>vii</sup> pouco contribuiu para o desenvolvimento social do país, caracterizado pela forte concentração de capital, expansão desordenada das cidades brasileiras e pelo rebaixamento da renda dos trabalhadores. Essa situação agravou-se com a recessão da economia brasileira nos anos 1980<sup>viii</sup>, com altos índices de desemprego, inflação descontrolada e acentuada pauperização da população.

Em São Paulo, essa crise se expressa também na ampliação das desigualdades sociourbanas, segregação territorial e degradação ambiental. De um lado, a cidade rica e moderna e, de outro, a periferia pobre com as intermináveis aglomerações precárias sem infraestrutura, com centenas de milhares de pessoas vivendo em habitações insalubres,

situadas em áreas de riscos de desmoronamentos ou enchentes, e em bairros populares construídos em áreas de mananciais.

O processo de urbanização, acelerado e concentrado, marcado pelo "desenvolvimento moderno do atraso", cobrou, a partir dos anos 80, após poucas décadas de intenso crescimento econômico do país, um alto preço, mediante a predação ao meio ambiente, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e seu corolário, a violência (MARICATO, 1996, p. 31).

A política habitacional arquitetada pelos governos militares a partir da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), construídos com o objetivo de enfrentar o problema de moradia, entra em crise no final da década 1970. O SFH tornou-se um financiador de setor imobiliário e da estruturação urbana, perdendo o seu objetivo social. A produção de moradia para as famílias de menor renda ocorreu por meio dos projetos como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb); já o Promorar financiava urbanização e produção de moradia e o Programa João de Barro financiava terreno e material de construção – produziram 285 mil unidades, o que representa apenas cerca 7% da produção habitacional do BNH. Essa grave ocorrência demonstra que apenas uma pequena parcela de sua produção é destinada ao atendimento de famílias de baixa renda, além de um grande número de mutuários terem sofrido ações de despejos pela impossibilidade de arcar com as prestações dos financiamentos imobiliários que aumentaram com a correção monetária e índices muito superiores aos dos salários. Em 1986, tanto o SFH como o BNH foram extintos, sendo transferida para a Caixa Econômica Federal a responsabilidade na gestão dos recursos.

As distantes periferias crescem velozmente, em especial por meio dos loteamentos irregulares e/ou clandestinos<sup>ix</sup>, levando famílias pobres para regiões sem infraestrutura e serviços públicos. Conforme o documento *Profavela, Promorar e Properiferia – Estágio e avaliação dos programas sociais* (1981), produzido pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), havia, em 1981, 4.800 loteamentos irregulares na cidade São Paulo, englobando cerca de 2,4 milhões de habitantes. A Secretaria Municipal de Planejamento, em sua publicação *São Paulo: crise e mudança* (ROLNIK; KOWARICK; SOMEKH, 1990), relatou que, já em 1991, ocupando um total 16% da área do município, contabilizava-se 2.500 processos de loteamentos irregulares em andamento nos órgãos especializados da Prefeitura de São Paulo, sendo 161 loteamentos clandestinos situados em áreas de mananciais.

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), com financiamento do BNH e recursos próprios, construiu grandes conjuntos habitacionais populares na periferia da cidade, onde não havia equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde e espaços para lazer. Essa política resultou em habitações de baixa qualidade, em áreas sem urbanização e sem trabalho, onde o valor da terra era inferior comparado ao centro da cidade.

Nesse contexto, as famílias que acessaram os conjuntos habitacionais da COHAB-SP e os loteamentos – legais, irregulares ou clandestinos – nos bairros sem urbanização e trabalho mobilizaram-se para reivindicar saneamento básico, iluminação e asfaltamento das ruas, linhas de ônibus, creches, escolas, postos de saúde, hospitais, áreas de lazer, segurança pública e outros serviços que inexistiam nos seus bairros. Isso fortalecia o entendimento de que a moradia, para ser digna, necessitava, além de um abrigo adequado, estar localizada em áreas com infraestrutura e serviços públicos consolidados.

A periferização da pobreza, patrocinada por agentes privados e públicos, expressa as disputas do setor imobiliário pela apropriação e pelo uso dos espaços urbanos; na verdade, os interesses desses negócios sobrepõem-se aos da cidade e de toda sociedade. As disputas eram, muitas vezes, ocultadas pelos planos de urbanização e pela legislação de uso e ocupação do solo, apresentados à sociedade como ordenamento da cidade, mas que, na realidade, eram instrumentos que determinavam os locais das moradias das diversas classes sociais, conforme os interesses do setor imobiliário.

O rebaixamento salarial, a diminuição de áreas disponíveis para os loteamentos populares e a criminalização dos que efetuassem loteamentos irregulares, contida na Lei Federal nº 6.766, de 1979, fizeram com que as favelas – que se caracterizam pelas ocupações espontâneas de terrenos desocupados e pelas construções de moradias precárias – expandissem ainda mais como alternativa habitacional para a população de baixa renda.

Dados da Prefeitura Municipal de São Paulo estimavam que, em 1973, 71.840 pessoas residiam em favelas; em 1980, 375.023 e, em 1987, 812.764 pessoas. No período entre 1973 e 1987, a população da cidade cresceu 61%, enquanto que a população de favelas teve incremento de 1.031% (ROLNIK, R.; KOWARICK, L.; SOMEKH, N., 1990).

A ampliação das favelas na cidade de São Paulo refletia os contrastes sociais e a desigualdade de acesso ao solo urbano e à moradia. De um lado, a expansão luxuosa da região Sudoeste, seguindo o sentido da Avenida Paulista, Avenida Faria Lima e Marginal Pinheiros,

simbolizava a riqueza e a modernização; de outro, a pobreza com a presença de favelas, em todas as regiões.

Os graves problemas vivenciados pelos favelados, como despejos, falta de água, luz, saneamento básico e incêndios provocaram, nesse segmento social, mobilizações de resistência às reintegrações de posse e de reivindicações por infraestrutura. Foi significativo o apoio recebido de diversos setores da sociedade, ligados às Igrejas Cristãs, Católicas, Luteranas, bem como de lideranças do movimento sindical, de militantes políticos e servidores públicos da área social; a constituição da Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste (APOIO) e pelo Movimento de Defesa do Favelado (MDF) é resultando desse processo de luta.

A inexistência de políticas públicas de habitação desde o encerramento do BNH, em 1986, gerou um déficit quantitativo de moradia e elevação nos preços dos aluguéis. Os trabalhadores de baixa renda, vítimas dessa situação, ficaram na encruzilhada entre a alternativa de morar nas favelas precárias e o confronto de ocupar, de forma coletiva, as glebas de terras que estavam vazias, para especulação e valorização fundiária.

A partir de meados da década 1980, ocorreram ocupações planejadas em todas as regiões da cidade de São Paulo, sendo algumas delas compostas por mais de mil famílias. Diferentemente da formação de favelas, caracterizada por ser uma apropriação relativamente espontânea, cotidiana e realizada pela família que vai residir na unidade domiciliar, as ocupações se dão em massa e em um só momento, muitas apresentam confronto com a polícia e o governo local e bastante tensão política. Elas também contribuíram para que as lutas por moradia tivessem nova forma de organização e que seus membros ampliassem a compreensão política sobre as questões de habitação. Dessas ocupações nascem movimentos que expressam, com diferentes denominações, as condições dos participantes, como os movimentos sem-teto e sem-terra. Essas ocupações expuseram a existência de grandes glebas de terra sem função social em áreas intermediárias da cidade à espera da valorização fundiária (KOHARA, 2013).

Os movimentos de moradia também passaram a pressionar as instituições públicas para a produção de habitações populares ou desapropriação de áreas para que eles mesmos construíssem suas casas. Postulando-se como independentes do Estado e dos partidos, os movimentos reivindicaram direitos, e não favores (SADER, 1988). Na medida em que os movimentos ganham expressão na sociedade e reconhecimento pelo Estado como



interlocutores daqueles que não possuem moradia adequada, surgem a necessidade da atuação em rede, de modo articulado para dialogar com mais força com o Estado. Surgem então articulações com foco em questões urbanas e de moradia, como a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a União Nacional dos Movimentos de Moradia (UNMM); a Central de Movimentos Populares (CMP), a Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) (KOHARA, 2013).

Em 1987 é fundada a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP)<sup>x</sup>, que passa a agregar movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos clandestinos. Desde sua formação, a UMMSP defende a reforma urbana como caminho para que a população que sofre a exclusão social conquiste o direito à cidade. Defende a autogestão de programas e projetos. Como forma de dar visibilidade ao problema da falta de moradia, assume a ocupação de imóveis e áreas como uma das estratégias de luta dos movimentos de moradia (KOHARA, 2013).

No final da década 1980, os moradores de cortiços que viviam nos bairros centrais da cidade, vítimas de exploradores inescrupulosos que cobravam aluguéis altíssimos por pequenos espaços precários, passaram a se organizar em movimentos que defendem o direito de morar dignamente no centro da cidade de São Paulo. A produção de habitação de interesse social, no Centro, reforçou o entendimento de que a efetivação do direito à cidade tem como base a moradia e fomentou reflexões de questões essenciais da luta, tais como: a localização das moradias, os prejuízos sociais, urbanos e ambientais com a periferização da pobreza em áreas sem infraestrutura ou em áreas de mananciais; o grande número de edifícios abandonados que não cumpriam a função social da propriedade, a mobilidade urbana e a gentrificação (KOHARA, 2013).

Em 2004, vários movimentos integrantes da UMMSP, que priorizavam ocupações como forma de dar visibilidade às demandas por moradia popular, formaram a articulação Frente de Luta por Moradia (FLM)<sup>xi</sup>. A FLM protagonizou diversas ações de ocupações de terreno ou edifícios sem função social, com o objetivo de pressionar as instituições públicas para a produção de habitações de interesse social.

Os movimentos de moradia, que visavam ampliar a capacidade de incidência nas políticas públicas por meio de pressão social e diálogos nos espaços institucionais, perceberam a necessidade das lideranças e dos participantes apropriarem-se de conhecimentos básicos sobre vários temas, entre os quais questões urbanas, legislações urbanísticas,



programas habitacionais, funcionamento da máquina pública e análises de conjuntura. Para responder a essa necessidade, os movimentos realizaram várias atividades de formação técnica e política, com apoio de militantes, ativistas sociais, ONGs e universidades (SILVA, 2000).

Essas atividades de formação realizam-se dentro da perspectiva da Educação Popular, pois consideram fundamental a produção coletiva do conhecimento, partem da realidade das pessoas envolvidas nas atividades e buscam a transformação da sociedade para que todos direitos sejam assegurados (GOLVÊA, 1997).

### ***2.1.1 Educação Popular e formação***

Entendemos por Educação Popular aquela que é realizada na dinâmica “movimentista”<sup>xii</sup> das organizações; ela se dá em processos de formação político-pedagógica e contribui para práticas transformadoras. Autores como Arendt (2006), Arroyo (1988), Barrero (1974), Bengoa (1988), Dagnino (1994), Freire (1999), Haddad (2009), Paludo (2001) Wanderley (1981) nos ajudam a compreender a Educação Popular e o processo de formação atrelado a ela.

Paludo (2001) e estudiosos demonstram que, em vários momentos da história recente, houve encontros entre saber e fazer política. Destacamos dois, como exemplos: nas articulações dos movimentos durante o processo constituinte de 1988, e na forma como foram disputadas as eleições presidencial e estadual de 1989. Em todas essas ocasiões, grupos populares, movimentos e instituições, que refletiam sobre o que estava ocorrendo na conjuntura política e institucional, procuraram se articular. Nesses momentos de encontro entre saber e fazer política, é fundamental analisar a relação entre participação e conhecimento para superar uma compreensão superficial de que participação gera automaticamente conhecimentos (HADDAD, 2009). Para a Educação Popular, a prática política é, antes de tudo, um processo de aprendizagem e a prática pedagógica é uma atividade política (FREIRE, 1999). Entendemos que formação é um processo de aprendizagem e aquisição de conhecimentos para participação, e não processo espontâneo que acontece como reflexo das condições sociais (BARRERO, 1974). Tampouco pode ser entendido como reprodução e internalização de formas preconcebidas de pensamento, ou seja, a formação supõe processos de tomada de consciência, sendo três situações fundamentais para isso: a aquisição de novos conhecimentos para participação, a apropriação de novas categorias

críticas de explicação da realidade e a ação que visa a superação da situação de dominação (BARRERO, 1974).

Bengoa (1988) ressalta três desafios para processos de formação em Educação Popular: não reduzir-se a um conjunto de metodologias interessado no conhecimento advindo estritamente da indução, isto é, de fatos e experiências, como se fossem construídos em oposição à teoria; superar a dimensão do político como prática autorreferida e buscar, de fato, a teoria política, como explicação totalizante, que ajuda a quem procura entender o real para além do que está vendo no imediato; e, por fim, discutir a relação entre educação e conhecimento moderno, incorporando a tecnologia e formas inovadoras de conhecimento técnico não derivado da luta popular. Esses enfrentamentos teórico-práticos são fundamentais para a Educação Popular não ficar privada do que há de inovador na produção de conhecimento da humanidade. Cuidando desses desafios, evitaremos dois extremos: o populismo pedagógico, segundo o qual o povo sabe tudo, e o elitismo pedagógico, segundo o qual o povo não sabe nada (ARROYO, 1988).

A Educação Popular, que se dá na dinâmica “movimentista” dos movimentos sociais de moradia – cuja experiência está sendo sistematizada neste trabalho –, está presente na combinação entre estratégias de diálogo e pressão sobre o Estado, além da participação ativa nos processos políticos eleitorais (WANDERLEY, 1981).

Como nos ensina Arendt (2006) e Dagnino (1994), o conceito de direito a ter direitos é apropriado para entender a dinâmica “movimentista” dos movimentos de moradia porque possibilita estudar a importância da organização política para defender os direitos. Embora em muitos aspectos o direito à moradia esteja circunscrito à possibilidade de habitar, inserindo-se no capitalismo, ele representa também e, sobretudo, uma estratégia de luta política desde os de baixo (DAGNINO, 1994). A ação política destes movimentos produz igualdade, na medida em que defende direito para todos Arendt (2006)<sup>xiii</sup>.

### 3 MATERIAL E MÉTODO

Para entendermos os sujeitos da pesquisa faz-se necessário precisar o que estamos chamando de movimentos sociais, redes e articulações, organizações de assessoria, bem como as organizações internacionais que apoiam as ações destes grupos.

Uma das contribuições mais completas para conceituar os sujeitos que impulsionaram processos de democratização no Brasil ainda na década de 70 é de Eder Sader (1988). Em sua obra *Quando novos personagens entram em cena*, apresenta-nos um modo de entender os movimentos sociais como novos fenômenos que surgiram na história do Brasil na década de 70. Constatando o surgimento do movimento grevista de 1978, afirma que há uma ruptura cruzando a história do movimento operário, ou classes populares ou setores dominados. A luta deste movimento social faz emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.

SCHERER-WARREN (2000) nos ajuda a entender os outros dois sujeitos, as redes de movimentos e as organizações internacionais de solidariedade. As redes de movimentos são constituídas por “movimentos sociais de base locais (moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania”. A sustentação material destes movimentos vem de agências não governamentais, nacionais e internacionais, todas situadas em um campo da solidariedade cidadã (SCHERER-WARREN, 2006, pág. 5).

A APOIO e o MDF articulam o Programa Urbano (PU) desde 2004. Esses dois movimentos entendem que, para atuar no espaço urbano, é importante trabalhar em conjunto com movimentos e redes, ato que resulta também em uma forma mais fácil de obter apoio e financiamento para suas ações. O objetivo geral do PU é contribuir para a boa implementação de políticas públicas habitacionais para população de baixa renda. O movimento também incorporou como preocupações estratégicas outros temas além da moradia, como, por exemplo, questões de gênero e o papel dos jovens como lideranças.

De 2013 a 2015, o MDF e a APOIO, com suporte da Agência Católica de Desenvolvimento Internacional da Inglaterra e país de Gales (CAFOD) e da União Europeia, executaram um projeto que articula moradia e questões ambientais: “Promovendo uma cidade inclusiva e sustentável: redução de vulnerabilidades social, ambiental e climática das comunidades pobres”, projeto que acumulou experiências anteriores na área de moradia para a população de zero a três salários mínimos, e acrescentou questões de sustentabilidade ambiental.

O PU está organizado em 150 grupos de base espalhados na Região Central e nas periferias da cidade de São Paulo, com predomínio nas Zonas Leste e Sul, e estão vinculados a 3.950 famílias. Segundo o diagnóstico inicial elaborado pelo Programa, destacamos algumas

características dos participantes dos grupos de base: em 2013, 26,7% dos entrevistados possuíam trabalho com carteira assinada e, para 77,5%, o rendimento era de até dois salários mínimos; 53,4% residiam em favela, 41% acessavam o Bolsa Família. A maioria tinha baixa escolaridade: 7,4% nunca frequentou escola; 24,4% não completou o Ensino Fundamental I; 9,4% possuíam Ensino Fundamental I completo – o significa que 41,2% possuíam baixíssima escolarização (GOUVEIA, 2013)<sup>xiv</sup>.

Para a sistematização dessas experiências de formação, ocorridas em 2014 e 2015, a metodologia foi organizada em quatro frentes: a) análise individual dos pesquisadores, com base na participação em atividades desenvolvidas pelo Programa Urbano (três seminários, 12 reuniões com coordenação, seis seminários de avaliação, três atividades públicas, como atos e campanha sobre a função social da propriedade; quatro reuniões com grupos de base, oito visitas a favelas e grupos de base), leitura de relatórios e documentos produzidos pelo Programa; b) realização de entrevistas com 34 pessoas que participam do Programa Urbano (coordenadora, educadoras ou educadores e participantes). As entrevistas ocorreram individualmente com as duas coordenadoras e quatro professoras, mas houve também algumas em grupo. As pessoas foram escolhidas com base no critério de tempo de participação no PU, bem como a apropriação de experiências de formação. Entrevistamos aqueles que estão desde o início, bem como os que chegaram no movimento recentemente, em 2014. Todas as entrevistas foram obtidas com consentimento livre das pessoas e dos representantes legais e com o compromisso de não identificar os sujeitos participantes. Foram utilizados questionários semiestruturados em alguns casos, e perguntas abertas durante reunião dos educadores, educadoras e coordenação em outros. Consideramos apenas análise qualitativa; c) análise dos documentos e produções do projeto: boletins, cartilhas, relatórios narrativos de atividades de 2013, 2014 e 2015, matérias publicadas na mídia e divulgadas em rádios; d) revisão bibliográfica sobre o debate relativo ao direito à cidade, moradia e reforma urbana, democracia, políticas públicas e conscientização. A revisão da literatura sobre Educação Popular e movimentos sociais e populares foi uma forma de compreender as estratégias dos movimentos.

#### 4 RESULTADOS

As análises da coleta de dados tiveram como orientação duas questões: como se deu a formação para exercer o direito à moradia e o que há de estratégia de formação nas atividades desenvolvidas. As respostas ofereceram os elementos para situarmos as práticas de formação dentro do que estamos considerando Educação Popular.

Podemos agrupar as ações desenvolvidas com os 150 grupos de base do Programa Urbano, na cidade de São Paulo, coordenados pelo MDF e pela APOIO, em seis modalidades: ocupações de áreas públicas e privadas, sejam elas de prédios ou terrenos na cidade de São Paulo; negociação com gestores e técnicos da Prefeitura de São Paulo, do governo do Estado e das concessionárias de serviços de água e luz; participação em atos e manifestações por moradia, políticas públicas, direito à cidade, Dia Internacional de Luta das Mulheres, entre outros eventos; assembleias, reuniões e visitas às pessoas nas favelas; construção de cisternas em favelas para armazenar água da chuva; e participação em conselhos, como no Conselho Municipal de Habitação, no Conselho Municipal do Verde e Meio Ambiente e no Conselho Municipal Participativo.

#### ***4.1 Formação que ocorre nessas ações***

##### ***4.1.1 Ocupações***

Sem situar a formação e os processos de aprendizagem como aquisição de novos conhecimentos para ação transformadora, tal como entendemos em Educação Popular, não é possível compreender os resultados obtidos pelos movimentos de moradia que participam do Programa Urbano. Mesmo em uma conjuntura adversa, com negação do direito à moradia, a formação na ação manteve mobilização de seus participantes. Nesse sentido, as ocupações de terrenos ou prédios, públicos ou privados, organizadas pelos movimentos, demandaram estratégias complexas discutidas e preparadas desde a tomada de decisão: escolha do imóvel, organização interna durante a ocupação, diálogos com autoridades, risco da violência policial, resposta à criminalização das ocupações pela grande mídia, resultados contrários aos esperados com a ocupação, conservadorismo do judiciário e situações de tensão nas reintegrações de posse. Entre os anos de 2014 e 2015, havia 21 ocupações promovidas pelo PU, envolvendo perto de 10 mil pessoas na cidade de São Paulo, conforme os relatórios do Programa Urbano enviados para CAFOD e União Europeia.

Constatamos que havia um programa de formação desenvolvido nas ocupações, com conteúdo, metodologia e tempo previsto para as atividades. A temática da formação estava vinculada à vida dos membros e versou sobre suas necessidades e como se poderia exercer o direito à moradia. As pessoas que chegavam ao movimento, como novos participantes, tiveram oportunidade de debater a origem dos seus problemas, em especial, a falta de moradia para os pobres; discutiram a dinâmica da sociedade, os processos de reprodução das desigualdades; estudaram os direitos humanos em geral; conheceram um pouco sobre a origem dos movimentos de moradia; decidiram que adotariam ocupação como forma de luta.

A metodologia adotada para a formação teve como base o processo de ver, julgar e agir. Os participantes das reuniões foram chamados a discutir a situação e julgar com base nos direitos e na Constituição Brasileira, bem como reconhecer a legitimidade de sua luta, baseada no direito à moradia, e agir para mudar a situação atual de negação dos direitos.

O tempo necessário da formação para ação foi o mesmo da organização para a ocupação. A percepção da oportunidade ou da falta dela para ocupar, a dinâmica própria de funcionamento do grupo e a necessidade das pessoas sem moradia foram aspectos definidores do tempo que o grupo precisou para a formação, organização da ocupação e avaliação das ações.

Segundo uma participante da oficina de formação na Avenida São João, “uma das vantagens do processo de formação na ação é que fica mais fácil da gente entender, quem sabe mais luta melhor”.

As oficinas de formação partiram da realidade e da necessidade dos participantes. Como prática de Educação Popular, partir do conhecimento que seus participantes já dispõem é importante para evitar a negação absoluta da compreensão que as classes populares têm sobre o mundo. Por outro lado, estas práticas de formação trouxeram novos conhecimentos a fim de evitar o populismo pedagógico, como mencionamos acima. Outro aspecto reafirmado pelos participantes foi a formação de laços.

Como diz uma das coordenadoras “As pessoas passam a se conhecer e estabelecem laços, de modo a facilitar a criação de uma comunidade [...], os projetos que trazem mais pessoas para luta e para novas conquistas são aqueles nos quais se formaram laços de amizade entre seus participantes” HRS.

O aprendizado coletivo foi que o importante não é somente conquistar a casa, mas formar uma comunidade e evitar que o crime se instale em algumas comunidades e seduza os

jovens. Nas ocupações, há exercícios contínuos de tomada de decisões coletivas com base nos princípios orientadores do movimento.

Os limites e as desvantagens desse tipo de processo de formação estão vinculados ao modo como essa atividade é preparada e realizada. Houve situações em que o tempo previsto para o exercício de formação precisou ser abreviado porque as pessoas não chegaram na hora determinada. A estratégia utilizada foi tratar o assunto em várias reuniões, para contornar o pouco tempo disponível e aprofundar a complexidade do tema em debate.

Foi levado em consideração, no momento em que as educadoras preparavam a formação, o fato de que cada participante tem uma história, escolaridade e capacidade diferenciada de compreensão. O conteúdo que para uns é mais difícil, quando trabalhado em apenas uma reunião, para outros pode parecer muito básico. Nesse sentido, as educadoras organizaram subsídios com linguagem adequada para detalhar sobre o plano diretor estratégico da cidade de São Paulo. Sendo assim, as pessoas com mais tempo de participação e que já dominavam um pouco de política urbana na cidade de São Paulo foram chamadas para coordenar subgrupos e ajudar nos esclarecimentos junto às pessoas que estavam chegando.

A experiência de ocupação foi marcante na vida das pessoas, principalmente daquelas que participaram ativamente. É comum para aqueles que passaram por essa vivência expressarem que compreenderam na prática as contradições urbanas, e que se sentem mais comprometidos com a luta pelo direito à equidade social. Um participante relatou: “Minha vida é uma, antes da ocupação e outra, agora, depois que realizei a ocupação. Antes eu não entendia nada, agora eu sei por que não temos moradia e como fazer para brigar por ela” ECC.

#### **4.1.2 Negociações**

Durante o período desta análise, os membros do PU participaram de inúmeras negociações com gestores ou técnicos da Prefeitura de São Paulo, do Governo do Estado de São Paulo e das concessionárias de serviços de água (Sabesp) e luz (Eletropaulo) para proposições de melhorias urbanas, além disto acompanharam a elaboração dos projetos e execução das obras.

As ações de preparação para essas negociações, incluindo a escolha das estratégias, geraram aprendizados e novos conhecimentos. Primeiramente, como as ações perpassaram



diferentes áreas das políticas públicas, era preciso saber as responsabilidades de cada instituição pública, que nem sempre são claras e, muitas vezes, conflitantes e desarticuladas quando não há orientação aos moradores por parte do poder público. Além disso, o próprio processo de mobilização dos moradores, a forma de convencê-los a comparecer às reuniões com representantes das empresas e do poder público também produziram aprendizados.

#### ***4.1.3 Atos e manifestações***

Os atos e manifestações foram oportunidades para dar ampla visibilidade aos problemas dos moradores, como a falta de moradia e, em especial, afirmar os direitos das mulheres. A participação nesses espaços faz parte da estratégia para ampliar a compreensão sobre as questões de luta pela moradia e direito à cidade, articulação com outros atores que agem nas mesmas questões e pressão social para mudanças necessárias; e quando feita de forma ativa nas manifestações, gerou aprendizados, pois exigiu preparação com objetivo claro, capacidade de mobilização e análise e formas de enfrentar os riscos. Por exemplo, antes de ir para o ato de 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, as coordenadoras e os coordenadores debateram nos grupos de base e dialogaram sobre questões de gênero, sobre a situação da mulher no mercado de trabalho, na família, na política e no movimento. No próprio ato, os discursos e as palavras de ordem reforçaram ideias sobre os direitos das mulheres.

Outros atos mencionados foram os que ocorreram, em maio, “Políticas Públicas com Participação Popular” e, em agosto de 2014, “Moradia digna e Reforma Urbana”, promovidos pela Central de Movimentos Populares (CMP), União dos Movimentos de Moradia (UMM), Frente de Lutas por Moradia (FLM) e Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

A interação com outros grupos e pessoas na cidade, com a mesma negação de direitos, mostrou que as pessoas dos movimentos não estão sozinhas na luta. Nas reuniões para conversar sobre o que eles acharam dos eventos e como foi participar dos atos, uma integrante dos grupos de base na Zona Leste chegou a dizer que “não sabia que tem tanta gente pobre, com falta de moradia, dá desânimo e esperança, ao mesmo tempo, mas tem fé de que o povo ainda há de conseguir a moradia” TCS.

#### ***4.1.4 Assembleias, reuniões e visitas às pessoas nas favelas***

As assembleias mensais do MDF foram precedidas por reuniões preparatórias nas favelas para mobilizar e pautar os temas a serem tratados. O ritmo de organização do movimento e o planejamento estratégico que realizam, anualmente, definiram os assuntos a serem abordados. A dinâmica desses encontros previa o que chamam de fila do povo. Com microfone aberto, as pessoas falavam sobre suas expectativas, problemáticas e o que julgavam ser importante.

Podemos agrupar os temas e as questões tratadas nessas assembleias, reuniões e visitas do MDF às favelas em três grandes grupos: organização das associações, suas diretorias e a parte formal dos registros das associações de moradores, que precisam estar legalmente constituídas, além das demandas específicas de cada favela, tais como, construção de muro de arrimo, escadas, canalização de córregos, etc.; aprendizado para o diálogo e a negociação com o poder público, no caso subprefeituras, Secretaria de Habitação do Município, COHAB, Secretaria Estadual de Habitação, Caixa Econômica Federal e empresas concessionárias de serviços públicos (basicamente Eletropaulo e Sabesp); enfrentamento político para disputa pela posse da terra e território na cidade: Plano Diretor Estratégico (PDE), usucapião, posse da terra e regularização fundiária.

As educadoras e os educadores do MDF planejaram-se para essas ações e estudaram os temas antes das assembleias e visitas. Algumas ações foram realizadas dentro de atividades mais conhecidas como de formação: seminários, debates, oficinas e eventos.

Para trabalhar com esses temas, educadores e educadoras prepararam-se de vários modos. Participando de debates junto à subprefeitura e de cursos em ONGs especialistas nas questões urbanas. Debatendo junto a outros movimentos, como a CMP e a UMM, e diálogo com especialistas como arquitetos, vereadores e entidades acadêmicas também ocorreram.

#### ***4.1.5 A construção de cisternas***

Essa iniciativa surgiu como resposta imediata à crise de abastecimento de água, em São Paulo, paralelamente aos seminários e debates que o movimento fez em relação à casa e à cidade ambientalmente sustentáveis. Foram construídas cerca de 30 cisternas em casas unifamiliares ou em lugares comuns para que mais famílias as utilizassem coletivamente. Em alguns casos, realizaram-se oficinas antes de implantar as cisternas para debater sobre moradia e meio ambiente, utilizando a cartilha produzida pelo PU, denominada “O povo quer moradia digna e sustentável”.

A construção das cisternas foi um momento importante para reunir as comunidades, com presença de muitos homens, fato raro de acontecer, pois as mulheres estão sempre em maior número nas reuniões. As pessoas trouxeram preocupações com relação ao meio ambiente, como mudanças climáticas e consciência sobre o uso dos recursos naturais finitos.

Havia o cuidado de não responsabilizar o pequeno consumidor de água pela crise de abastecimento. A coordenação chegou a ser entrevistada por rádios, TVs<sup>xv</sup> e matérias foram divulgadas, mostrando o exemplo de famílias que se organizaram para captar água da chuva, nesse contexto de crise de abastecimento de água.

#### ***4.1.6 Participação em conselhos***

Os movimentos que compõem o PU (APOIO e MDF) têm como parte das estratégias de luta a participação popular e o controle social das políticas públicas para assegurar que os recursos públicos sejam direcionados para as necessidades das populações mais vulneráveis e para atender suas reivindicações. Nesse sentido, priorizaram a participação em três conselhos: o Conselho Municipal de Habitação (CMH), que tem a função de deliberação sobre os recursos e programas habitacionais; o Conselho Municipal Participativo, que é consultivo e territorial, vinculado a cada subprefeitura; e o Conselho Municipal do Verde e Meio Ambiente (CADES), que é deliberativo sobre questões de preservação ambiental.

Os movimentos de moradia, vinculados ao PU, articularam-se com outros movimentos, mobilizaram pessoas para votarem nos conselhos e elegeram sete representantes no CMH (seis mulheres e um homem), 23 representantes (14 mulheres e nove homens) no Conselho Municipal Participativo e uma mulher no CADES.

O aprendizado e a avaliação dos membros do PU apontam que esses conselhos possuem muita dependência dos gestores públicos quanto ao funcionamento e às decisões, não tendo conseguido efetividade na alocação dos recursos, depois de decisão tomada pelos conselhos.

## **5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O próprio movimento se pergunta se as ações são suficientes para fazer diretamente a disputa pela terra, reafirmando o direito à moradia e à cidade com sustentabilidade ambiental.

Considerando que 41,2% das pessoas possuem baixíssima escolarização – apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental –, a participação no movimento lhes ofereceu novos conhecimentos que eles não teriam acesso caso não houvesse uma luta por seus direitos. A solidariedade experimentada entre eles e a convicção de que pertencem à mesma classe social permitiram aos participantes estabelecer formas de superar a negação aos direitos sociais que lhes são impostas.

Em todas as organizações do movimento, houve incentivo para as pessoas estudarem. As próprias educadoras e os educadores foram completar o ensino médio, outros fizeram curso superior de Direito, Serviço Social, Pedagogia, Teologia e Pós-graduação em Gestão do terceiro setor. Para construir casa em mutirão, os integrantes do movimento fizeram cursos profissionalizantes de pedreiro, encanador, eletricista, pintor, etc. Hoje, alguns assumiram esse aprendizado como profissão.

Partir da necessidade das pessoas nas ocupações e negociações ajudou os movimentos a terem o ponto de partida na situação real de negação dos direitos. As trocas e os diálogos ocorridos nesses eventos foram importantes para a compreensão dos problemas. As lideranças desenvolveram laços afetivos com os participantes, conheceram mais de perto todo tipo de dificuldade e aprenderam a enfrentar situações de pobreza e miséria extremas.

No depoimento de uma coordenadora do Programa Urbano, ela afirma que

[...] há governos em que os espaços de negociação e diálogo estão simplesmente fechados, no caso dos governos municipais do Maluf, Serra e Kassab na Prefeitura de São Paulo; outros como no caso dos governos municipais da Luiza Erundina, Marta Suplicy e Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo em que há diálogo, negociação, mas os problemas de moradia permanecem sem solução, depende sempre de muita pressão popular para que as demandas sejam atendidas, e ainda assim não totalmente SFAM.

Ilustrando a afirmação da coordenadora, constatamos que mesmo com a grande produção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o déficit habitacional continuou crescendo para as famílias de baixíssima renda (BARBOSA, 2014).

Retomando a questão inicial sobre a efetividade da luta dos movimentos, observamos que após anos de investimentos em práticas e eventos formativos, surgiram novas lideranças mais qualificadas. A APOIO e o MDF pensaram suas práticas dentro da lógica do Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), organizaram planejamento estratégico, avaliação anual, monitoraram o planejado e incorporaram novas questões de conjuntura, ao

longo do ano, em reuniões semanais e mensais. Intencionalmente, nas negociações com o poder público sobre urbanização de algumas áreas de risco, o movimento inseriu a importância de pensar sobre a sustentabilidade ambiental. O principal ganho apontado pela coordenação é a experiência coletiva. Partem efetivamente das pessoas, sentimentos, singularidade, da importância de participação e do que precisa ser modificado.

Uma educadora do Programa Urbano da Zona Norte relatou, sobre o método de trabalho, que “Nosso método supõe, presença frequente nas comunidades e favelas, manutenção de vínculo com as pessoas, ouvi-las, comemorar aniversários, participar de batizados e casamentos” ECC. Uma das lacunas apontadas pelo grupo o pouco tempo para a sistematização da própria experiência de formação. Os aprendizados gerados foram observados no engajamento e na decisão dos participantes em realizar uma ocupação, participar de um ato, deslocar-se de sua casa para debater seus problemas e somar-se aos demais na busca de solução coletiva para realizar um direito, como o da moradia.

A margem de escolha desse tipo de formação deriva em parte da evidência de que práticas de Educação Popular são carregadas de intencionalidade, que a ação não é um ativismo desorientado. Sem dúvida, as atividades de Educação Popular incorporam e trazem à tona a necessidade desses sujeitos manterem interlocução com o Estado, disputando a formulação e a implementação de políticas públicas de moradia para os pobres, sobretudo, pessoas com renda de zero a três salários mínimos. Doimo (1994) ajuda-nos a entender que esses sujeitos buscam um grau de institucionalização para pressionar o Estado e, simultaneamente, introduzir novas preocupações, como no caso do Programa Urbano, que inseriu o desenvolvimento sustentável e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

O envolvimento dos movimentos populares de moradia na disputa pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) em 2013 representou o lugar da ação política na disputa pela cidade, porque possibilitou que os movimentos disputassem o ordenamento da cidade com uma visão de longo prazo, visto que o PDE será revisto em 2021, com objetivos previstos até 2029.

Ainda como resultados, ressaltamos duas produções que o PU elaborou e utilizou como subsídio para a formação na ação: a cartilha “O povo quer moradia digna e sustentável”, como instrumento de formação; com essa cartilha, foram organizadas 18 oficinas. Outra produção do Programa Urbano foi o Projeto Piloto<sup>xvi</sup>, que procura adensar estratégias e propostas do PU para moradia sustentável. A ideia fundamental para tornar as cidades mais sustentáveis é reduzir a desigualdade socioterritorial.

## 6 CONCLUSÕES

É dentro de um contexto de ganhos e derrotas, de avanços e refluxos, no entanto, com exercícios contínuos de análises conjunturais e reconstrução de estratégias políticas na defesa dos seus direitos, que o movimento renova quando realiza os rompimentos das normas jurídicas majoritariamente estabelecidas, como são as ocupações de imóveis vazios. Como explica Barbosa (2014),

A rebeldia dos sem teto na afirmação dos seus direitos, é muito mais do que uma simples afirmação de justaposição de leis e processos abstratamente bem construídos. É um processo pedagógico de aprendizados, onde as pessoas coletivamente apreendem, onde a história de cada sujeito, o aprendizado individual, acúmulos subjetivos, são também importantes para as construções coletivas de novos sujeitos, que emergirão nos processos de confronto direto por direitos (p. 104).

A formação na ação muitas vezes utiliza-se de estratégias de confronto e rebeldia frente à ordem estabelecida de proteção à propriedade em detrimento do direito à moradia. As ocupações inserem-se nessa perspectiva porque são estratégias de luta política na defesa dos direitos e ato pedagógico. As ações não caem no ativismo, ao contrário, provocam novos desafios e demandam reflexão, pesquisa, busca de assessorias novas para superar os aprendizados velhos. Barbosa (2014) considera essas estratégias como pedagogia do confronto.

Essa condição, que faz com que uma pessoa “com necessidade de moradia” se torne parte de um sujeito coletivo protagonista de sua própria história, é resultado dos investimentos do PU na formação, aprendizado e apropriação das discussões sobre a complexidade da disputa política pelo território e pela cidade.

O processo de sistematização da experiência de formação na ação do Programa Urbano trouxe evidências sobre três aspectos da Educação Popular, ressaltados por Pontual e Haddad (1996), a saber: Educação Popular e as práticas políticas, Educação Popular e o processo educativo e Educação Popular e a constituição de sujeitos sociais.

É possível perceber a Educação Popular nas práticas políticas de três formas: primeiramente, quando os movimentos recorrem à Educação Popular como orientação de suas práticas políticas, como, por exemplo, na organização de debates entre seus pares, antes dos encontros de negociação ou de enfrentamento com o poder público; quando buscam ampliar o

poder político do movimento, em relação à ocupação de espaços de participação no Estado, como conselhos, grupos de trabalho e outros, visando ampliar o poder na sociedade civil; e, por último, na participação em espaços mais amplos de articulação dos movimentos, como a UMM, a FLM e a CMP, como forma de assegurar mais poder e protagonismo nas decisões políticas fundamentais visando uma sociedade justa e igualitária.

A Educação Popular e o processo educativo podem ser notados de dois modos: nas práticas que demonstram sobre a aprendizagem que se deu em espaços não escolares, quando participantes de ocupações aprenderam sobre o funcionamento da política, reforçaram sua identidade de classe, reconstruindo um saber dos que são expropriados. O outro modo é a retomada dos estudos e a insistência em concluir a educação formal, por parte de educadoras, as quais se viram em necessidade de aprender e disputar o “latifúndio do saber”, ainda não totalmente acessível às classes populares, como disse GMC. Essa sistematização realizada com o PU é importante para avançar na construção de conhecimento a partir das práticas. Os processos de aprendizagem, aqui, são muito mais do que saber alguns conceitos, mas correspondem à adesão a um projeto pessoal e coletivo de construção da sociedade.

A Educação Popular e a constituição de sujeitos sociais estão evidentes na teimosia em reafirmar o que o PU chama de trabalho de base, cujas ações se dão, por meio de centenas de eventos, tais como, visitas às comunidades e favelas, reuniões de grupos de base, ocupações de imóveis que não cumprem sua função social, atos, manifestações, participação em conselhos, elaboração de propostas e planejamento, monitoramento e avaliação da ação. O Programa Urbano mantém os cerca de 150 grupos de base articulados.

É na disputa pelo direito à cidade, animando e mobilizando as pessoas individual e coletivamente, expondo as contradições e desigualdades urbanas estabelecidas como naturais, que os movimentos desenvolvem estratégias de formação na ação.



## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, 2006, *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, E. **Educação e Cidadania**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. 95 p.
- BARBOSA, B. R. **Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influencias nas políticas habitacionais**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.
- BARRERO, J. **Educación popular y proceso de conscientización**. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1974.
- BENGOA, J. La educación para los movimientos sociales. In: DAM, A. V.; OOIJENS, j. L. P.; PETER, G. (Org.) **Educación Popular en América Latina**. La Haya: Centro para el Estudio de la Educación en Países en via de Desarrollo, 1988. n.p.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2016.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.) **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.
- DOIMO, A. M. **ONGs no Brasil pós-70: da educação popular à luta pela cidadania**. Vitória: SBPC, 1994. Mimeografado.
- EMURB. **Profavela, Promorar e Properiferia: Estágio e avaliação dos programas sociais**. São Paulo: EMURB, 1981.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GOUVÊA, Maria das Graças de. 1997. *Educação Popular junto aos movimentos Sociais: O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular - CDHEP*. São Paulo: PUC-SP. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HADDAD, S. Balanço da produção de conhecimentos sobre educação não escolar de adultos: educação e desenvolvimento. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/issue/view/251>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

KOHARA, L. T. **As contribuições dos movimentos de moradia do Centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo**. 2013. 237 f. Tese (Pós-Doutorado em Sociologia Urbana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: CAMP: Tomo Editorial, 2001.

PONTUAL, P.; HADDAD, S. **Educação Popular na América Latina**. São Paulo: [s.n.], 1996. Mimeografado.

ROLNIK, R.; KOWARICK, L.; SOMEKH, N. (Org.). **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. 2000. Movimentos em cena... as teorias por onde andam? In: SCHERERWARREN, Ilse, et al. **Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa: Socius, Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. 2006. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/viewFile/3565/3120>, Acesso em: 18.junho.2016.

SILVA, Marcos José P. **Novos sentidos da educação popular nos anos 90: as práticas do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo – CDHEP**. 2000. 172 f. Dissertação de Mestrado. PUC – SP. Programa Educação: História e Filosofia da Educação, 2000.

WANDERLEY, L. E. Educação Popular e Processo de Democratização In: BRANDÃO, C, R. et al. (Org.). **A questão política da educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 194 p.

## Notas

<sup>i</sup> O Programa Urbano surge em 2004 como articulação do MDF, da APOIO e do CCJ, para trabalhar simultaneamente várias questões vinculadas ao espaço urbano. Seu objetivo geral é o de contribuir para a “boa implementação de políticas públicas habitacionais para população de baixa renda”, mas incorporaram outras questões além da moradia, como as de gênero e o papel dos jovens como lideranças. Inicialmente, em 2004, o Programa Urbano era formado por três organizações: APOIO, MDF e o Centro de Capacitação da Juventude (CCJ). A partir de 2013, quando houve mudança no foco do trabalho, incorporando sustentabilidade ambiental à moradia, ficaram apenas APOIO e MDF.

<sup>ii</sup> A Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste, fundada em 18 de dezembro de 1993, organização civil sem fins lucrativos, iniciou suas atividades durante a Campanha de Combate à Fome. A partir de 1996, consolidou seu trabalho em diversos bairros da Região Leste, o que permitiu o implemento de atividades sociais junto a moradores de favelas e cortiços do centro expandido da cidade. Ver: [www.apoio-sp.org.br](http://www.apoio-sp.org.br)

<sup>iii</sup> O Movimento de Defesa do Favelado nasceu da luta dos favelados por saneamento básico e terra, nos anos 1970. Essa luta se concretizou com a formação de pequenos grupos, que se juntaram, apoiados pelos grupos de base ligados à Igreja Católica, no bairro do Belém. Em 1978, foi possível organizar a primeira Assembleia Regional do MDF, mas foi, em 1985, que o MDF foi legalmente instituído, tornando-se, então, referência para toda a cidade. Na favela da Vila Prudente, uma das maiores da cidade de São Paulo, concretizaram muitos projetos, como uma rede de esgoto e uma creche. Ver: [www.mdf.org.br](http://www.mdf.org.br)

<sup>iv</sup> The Catholic Agency For Overseas Development, no Brasil conhecida como Agência Católica da Inglaterra e país de Gales (CAFOD) de desenvolvimento internacional trabalha em 40 países, em parceria com mais de 500 organizações da sociedade civil, para combater a pobreza e promover um mundo mais seguro, sustentável e pacífico. Ver: [www.cafod.org.uk](http://www.cafod.org.uk)

<sup>v</sup> A União Europeia (UE) é uma parceria econômica e política de características únicas, constituída por 28 países, que, em conjunto, abarcam grande parte do continente europeu.

Ela foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial; sua intenção inicial era incentivar a cooperação econômica, partindo do pressuposto de que se os países tivessem relações comerciais entre si se tornariam economicamente dependentes uns dos outros, reduzindo assim os riscos de conflitos. Ver: [http://europa.eu/about-eu/basic-information/about/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/basic-information/about/index_pt.htm)

<sup>vi</sup> Entendemos “formação na ação” o processo de aprendizagem derivado da participação dos agentes envolvidos em todas as ações dos movimentos sociais de moradia.

<sup>vii</sup> Entre 1968 e 1973, o PIB brasileiro teve crescimento médio anual de 11,2%, conhecido como período do milagre econômico brasileiro; entre 1974 e 1978, teve o crescimento médio anual de 6,7%.

<sup>viii</sup> A década 1980 ficou conhecida como década perdida, devido ao baixíssimo crescimento do PIB, aos altos índices de inflação e desemprego, à produção industrial fraca e à perda do poder de compra dos salários.

<sup>ix</sup> Apesar de, muitas vezes, os termos irregular e clandestino para loteamentos serem utilizados como sinônimos, eles definem situações diferentes. Os loteamentos irregulares, em geral, obtiveram algum reconhecimento do poder público, mas apresentam irregularidades de ordem jurídica como incorreções nos títulos de propriedade da gleba loteada e/ou urbanística. É o caso, por exemplo, de loteamento registrado no Cartório de Registro de Imóveis, mas sem infraestrutura e equipamentos comunitários e sem destinação de áreas verdes de acordo com a aprovação do projeto, dificultando a regularização da propriedade. Os loteamentos clandestinos são aqueles que não possuem nenhuma aprovação nos órgãos municipais, apresentam irregularidades jurídicas e são parcelamentos do solo fora dos parâmetros legais; muitas vezes, estão em áreas de riscos ou de mananciais, feitos por loteadores criminosos.

<sup>x</sup> Um dos movimentos importantes que dá visibilidade ao direito à moradia a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Disponível em:

[http://sp.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=391&Itemid=31](http://sp.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=391&Itemid=31), acesso em: 18.junho.2016.

<sup>xi</sup> A Frente de Luta por Moradia é articulada pela APOIO junto com um coletivo de luta por moradia, formado por representantes de movimentos autônomos, que somam esforços para conquistar projetos habitacionais. A FLM estimula e articula, ainda, lutas populares em geral, defendendo a luta popular permanente, o mais abrangente possível, com participação intensa das famílias. A FLM participa de outras organizações de luta social, em âmbito internacional, nacional, estadual, regional e municipal, visando somar esforços no sentido de fortalecer o desenvolvimento de programas habitacionais e sociais para as famílias de baixa renda. Disponível em <http://www.portalfm.com.br/luta-historico>.; acesso em: 12.agosto.2015.

<sup>xii</sup> A educação popular “movimentista” investe em formação político-pedagógica dentro de uma lógica de estruturação e organização dos movimentos sociais. Entendida como aquela produzida pelas classes populares, ou para as classes populares em função de seus interesses de classes, como afirma Wanderley (1981).

<sup>xiii</sup> Não é objetivo deste artigo debater as condições para ação política, tampouco a relação entre direitos humanos, cidadania e formação dos estados-nacionais. Uma síntese deste debate está disponível em Mellegari (2011) publicado em <http://gajop.org.br/justicacidade/wp-content/uploads/direito-a-ter-direitos-em-Hannah-Arendt.pdf>, entre outras coisas autora afirma que para Hannah Arendt, a criação do Estado-nação é “uma forma de organização política, baseada na territorialidade e nascimento, quem não possuísse uma nacionalidade, não possuía um lugar na Terra, não por falta espaço, mas por problema de organização” (pág. 7).

<sup>xiv</sup> Taciana Gouveia, 2013. Diagnóstico: Situação das Famílias – Projeto Promovendo uma cidade inclusiva e sustentável- São Paulo, APOIO, MDF, CAFOD, novembro 2013. Mimeo.

<sup>xv</sup> Entrevista sobre construção de cisterna. Ver: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/v/morador-cria-a-propria-cisterna-em-sp/3952038/>

<sup>xvi</sup> O Projeto Piloto (ver: <http://saopaulosustentavel.com/>), produção final do projeto executado, constitui-se de cinco elementos: documento para Incidência Política; documento de reivindicações ou manifesto; representação visual chamada de maquete eletrônica, digital, virtual; o estudo de caso e maquete comunitária popular. Foi lançado em dezembro de 2015.

**Artigo recebido em 12/05/2016**  
**Aceito para publicação em 27/06/2016**